

IMPLANTAÇÃO ESCOLAS INDÍGENAS - MG

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS / SDE / DDEC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / FAE / CECIMIG

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO / ADM REG. DE GOV. VALADARES

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS

1995 - 1996

ELABORAÇÃO DO PROJETO

Márcia Maria Spyer Resende

Zélia Maria Rezende

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

Márcia Maria Spyer Resende

1 - INTRODUÇÃO

Um dos temas emergentes da nossa atualidade é a discussão sobre os 500 anos de Descoberta ou Invasão da América. Questão por sua vez inserida num debate mais amplo: a saber: a do encontro do Homem com o próprio Homem e dos processos de atualização cultural conflitivos e até violentos, ocorridos ao longo da História.

Os contatos das populações indígenas remanescentes com a cultura ocidental e, em particular, com as comunidades mais próximas a ela, ainda se caracteriza por embates permeados de preconceitos e agressividade. Tais embates inclusive se desenvolvem, paradoxalmente, em contraposição ao surgimento, nos grandes centros e nos países desenvolvidos, de uma consciência mais esclarecida e que já sinaliza para a possibilidade de se esboçar uma síntese harmoniosa entre os valores das sociedades americanas (indígenas) e das demais culturas.

O Estado de Minas Gerais foi cenário de grande violência dos antigos conquistadores contra as nações autóctones. Sobreviveram ao final do processo de ocupação do território, quatro nações: Maxakali, Krenak, Pataxó e Xacriabá, em contato direto com a sociedade nacional. Dentre as citadas, apenas a primeira mantém ainda uma integridade cultural mais viva.

É dramática a situação das nações indígenas em Minas Gerais, que enfrentam sérios problemas de marginalização política e cultural. Realidade esta reforçada pela postura da sociedade civil mineira de alienação e descomprometimento em relação à existência (e resistência) desses povos faz com que este Estado seja um dos únicos onde não existem Entidades Não Governamentais em defesa da causa do índio.

As nações indígenas de Minas Gerais sobrevivem em áreas reduzidas e, na maioria das vezes, ambientalmente degradadas, desmatadas e desprovidas da fauna original. E, como se não bastasse, no contexto regional e local, a pressão política e cultural exercida sobre a sociedade sobre os nativos toma forma de conflitos violentos. Este é o caso, por exemplo, da situação de enfrentamento armado em que se encontram fazendeiros, índios e população local na área Maxacali.

Já os esforços e iniciativas de caráter assistencial ou de solidariedade humana visando a melhoria de sua qualidade de vida e sobrevivência étnico-cultural são, paradoxalmente, insignificantes. Também é escassa a consciência da necessidade de apoiar os índios mineiros por parte das organizações internacionais. As nações do território amazônico são foco das atenções das ONGs, do Movimento Ecológico, e das Entidades Internacionais de Defesa das minorias dos Direitos Humanos.

Diante deste quadro de dificuldades, é grande o desafio enfrentado pelos índios mineiros para sua auto-afirmação étnico-cultural. Porém, a identidade dos povos indígenas se respeitada, poderá inclusive subsidiar a sociedade nacional na descoberta de sua própria identidade. E dessa forma capacitarmos para moldar uma sociedade democrática e pluralista.

2- JUSTIFICATIVA

Os mais diversos povos indígenas do Brasil, já em adiantado contato com a sociedade não índia, reivindicam a criação de suas Escolas Indígenas Diferenciadas, Específicas, Interculturais e Bilingües, asseguradas pela Constituição Brasileira de 1988 e explicitadas nas Diretrizes para a Política nacional de Educação Escolar Indígena, do Ministério da Educação e do Desporto.

Acreditamos ser de vital importância a criação de escolas formais, porém alternativas, para estas comunidades, no sentido de suprir-lhes carência como o resgate e o ensino da própria língua e da tradição cultural. Para tanto, é conveniente que cada escola seja autogestionada por professores do grupo.

Segundo o líder indígena Ailton Krenak, nestas escolas, não se trata de colocar o código do branco no lugar da sabedoria indígena. Isto para ele, seria uma “integração”, que é o que ocorre quando uma cultura quer por as suas coisas no lugar dos valores da outra, absorvendo e matando seus valores assim como tamanduá chupa formiga. Mas tão-pouco se trata de ignorar que estas comunidades indígenas já estão objetivamente em contato com a sociedade nacional e que tal contato é, em certos aspectos, a possibilidade de que dominar ou engolir ao outro, o que ele chama de “interação”.

Este caminho, ainda que difícil e pouco trilhado anteriormente, nos pareceu ser política e pedagogicamente. Trabalhar com a pluralidade cultural sem subordinar uma cultura a outra, nem ignorar a intensa e complexa dialética que elas já mantêm entre si.

Ao propor desenvolver este nosso projeto, acreditamos que não caberia a nós, educadores brancos, estabelecer unilateralmente o que e como ensinar nas escolas indígenas, nem de que modo estas escolas devem ser organizadas. Seria um desrespeito à cultura indígena transferir mecanicamente (inclusive com as melhores intenções progressiva) nossa instituição escolar, nossos currículos e programas, ao interior da comunidades indígenas. Paulo Freire já nos alertou sobre o risco ético e pedagógico de tratar igualmente os desiguais. O resultado geralmente costuma ser o incremento da opressão. Se não queríamos incorrer em paternalismos etnocêntricos, sabíamos que não existia outro caminho que o de partir da demanda escolar formulada pelos próprios indígenas, ainda que esta não se enquadrasse perfeitamente nos nossos referenciais teóricos ou nos modelos institucionais educativos que conhecemos. No entanto, estaríamos prestando um fraco serviço à própria causa se adotássemos uma atitude passiva, apologética, diante desta demanda, se nos limitássemos a acolhe-la sem dialogar com ela. Sem ajudar a qualificá-lo segundo nossa experiência científica e pedagógica, a escola indígena alternativa (foram os próprios índios quem afirmaram) não precisa do nosso aplauso mas de nossa solidariedade criativa.

Assim, acreditamos ser possível implementar Minas Gerais o atendimento desta demanda nacional e local, mediante a implantação e funcionamento adequados de Escolas Indígenas Específicas, Diferenciadas, Interculturais e Bilingües, com o objetivo final de sistematizar e preservar seu próprio conhecimento, sua cultura, suas tradições, assim como dar instrumentos para que eles possam conhecer e dominar a lógica que governa o espaço do não índio, para garantir a sobrevivência cultural e econômica.

3- OBJETIVOS

- 1) - Firmar convênio ente a SEE, UFMG, FUNAI e IEF visando a execução deste projeto.
- 2) - Elaborar legislação estadual específica que esteja de acordo com a Política Nacional de Educação Escolar Indígena e atenda às necessidades das comunidades indígenas de Minas Gerais.
- 3) - Criar e implantar Escolas diferenciadas nas Terras dos índios de Minas Gerais, que segundo demanda das comunidades indígenas, estariam voltadas tanto para a recuperação da cultura indígena como para a profissionalização dos jovens índios, no sentido de um aproveitamento eco-sustentável de seu território.
- 4) - Elaborar “Plano de Desenvolvimento” para cada uma das Escolas Indígenas.
- 5) - Elaborar uma Proposta Curricular para a Formação de Professores Indígenas e, paralelamente, ir construindo com os professores um Projeto Pedagógico para as Escolas Indígenas.
- 6) - Realizar Curso de Formação de Professores Indígenas.
- 7) - Produzir material didático alternativo tanto para a formação dos professores, como para as Escolas Indígenas.

4 - PÚBLICO ALVO

O público alvo deste projeto é constituído pelas comunidades indígenas de Minas Gerais: os Maxakali, Pataxó, Krenak e Xacriabá.

5 - METODOLOGIA

A metodologia de trabalho prevista para a realização do projeto prevê a inclusão de três etapas, que serão desenvolvidas paralelamente.

PRIMEIRA ETAPA: Diagnóstico da Situação Educacional

Meta 1 - Realizar um diagnóstico sobre a situação educacional dentro das áreas indígenas, com o objetivo de identificar e formular as principais demandas destas comunidades em relação às suas escolas indígenas diferenciadas.

SEGUNDA ETAPA: Criar e implantar as escolas indígenas / MG

Meta 1 - Firmar convênio entre SEE, UFMG, FUNAI e IEF visando a execução deste projeto.

Meta 2 - Realizar um Seminário de Educação Escolar Indígena para técnicos da FUNAI, Superintendências Regionais de Ensino, Secretarias Municipais de Educação e representantes das 4 nações indígenas.

Meta 3 - Elaborar legislação estadual que esteja de acordo com a Política Nacional de Educação Escolar Indígena e atenda às necessidades das comunidades indígenas de Minas Gerais.

Meta 4 - Montar e encaminhar processo de criação de Escolas Indígenas.

Meta 5 - Construir uma “Proposta Curricular” experimental para a Formação de Professores das Escolas Indígenas de Minas Gerais.

Meta 6 - Realizar um Curso de Formação de Professores Indígenas gerenciado pelo CECIMIG/ FAE/ UFMG.

Meta 7 - Elaborar material didático alternativo, para os professores indígenas e para as Escolas Indígenas. Tal material deverá ser elaborado em cada módulo do Curso de Formação de Professores Indígenas.

Meta 8 - Elaborar “Plano de Desenvolvimento” para as escolas indígenas, objetivando a conquista da autonomia sócio-econômico e cultural de cada povo.

Meta 9 - Participar de Seminários e Encontros Regionais e Nacional de Educação Escolar Indígena.

TERCEIRA ETAPA: Criar Banco de Dados sobre Povos Indígenas / MG

Meta 1 - Criar um banco de dados disponível para a utilização e disseminação de informações para as comunidades indígenas, estudiosos e pesquisadoras da questão e demais interessados, selecionando os materiais e obras consistentes e de saber mais estratégico para os povos indígenas.

